FONSET

FORUM NACIONAL DE SECRETARIAS DO TRABALHO

POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA EM BASES REGIONAIS

Nossa força vem da união

FONSET

Diretoria do FONSET

Alberes Haniery Patrício Lopes
Presidente

Marcos Henrique Derzi Wasilewski
Vice-presidência Centro-Oeste

Tânia Soares de Souza
Vice-presidência Norte

João Rafael Calvo da Silva
Vice-presidência Sudeste

Rogerio Carbonari Calderari
Vice-presidência Sul

Lília Raquel Silva Souza
Vice-presidência Nordeste

Grupo Técnico

Suelen Glinski
Chefe do Departamento Emprego e Renda do Estado do Paraná

Odmar Pericles Nascimento
Sub Secretário de Trabalho, Emprego e Renda do Espírito Santo

Patrícia Alves Pereira
Secretária executiva do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho

Michelly Felix
Secretária executiva do Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho.

Grupo de Pesquisadores:

Luciano Albino. Graduado em Ciências Sociais (UFPB), Mestre em Sociologia (UnB). Doutor em Sociologia (UFPB). Realiza estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na FURB. Pesquisador na área de Desenvolvimento Regional, com ênfase sobre o Nordeste brasileiro.

Yang Cardoso. Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas(UNICSUL) - Universidade Cruzeiro do Sul. Graduado em Engenharia Elétrica(UFCG). Mestre em Ciências e Tecnologias em Saúde(UEPB).

Nadine Agra. Doutora em Ciências Sociais, pelo PPGCS/UFCG, com pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba. Mestre em Economia Rural e Regional, pela UFPB. Graduação em Direito e Ciências Econômicas.

Design e editoração: **Wedscley Melo.** Doutorando em recursos Naturais UFCG, Mestre em Design UFCG.

O Fórum de Secretários Estaduais do Trabalho - Fonset entrega as autoridades um documento técnico, escrito com a participação das secretarias de trabalho das cinco regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, apresentando uma perspectiva da atual formação do trabalho na esfera pública nacional.

Nosso intuito é contribuir para formação de políticas públicas nacionais sólidas, de desenvolvimento para área do trabalho, emprego, renda e qualificação, levando os anseios da sociedade brasileira, para o cerne das discussões técnicas nacionais.

Aqui, apresentamos o situação atual do trabalho nas unidades federativas, bem como expomos um panorama dos principais anseios para melhoria de políticas públicas, sempre centradas para o desenvolvimento da população.

O FONSET, com quase 30 anos de Fundação, firma paulatinamente discussões pertinentes nas áreas de Trabalho, fortalecendo, intensificando, facilitando, congregando e contribuindo para harmonização nas relações econômicas, levando em conta as diferenças regionais e as cooperações que podem transformar positivamente a economia brasileira, relacionadas diretamente com as desigualdades estruturais presentes na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro.

Ansiando para a erradicação das desigualdades de gênero; étnicas e raciais; territoriais; relativas à idade; deficiência; status migratório; orientação sexual e identidade de gênero, situação que nós encontramos diariamente no atendimento ao público.

Concluindo, deste modo, que o trabalho é uma via fundamental de inclusão social, de contribuição para a comunidade e de participação na sociedade, acreditamos que não basta haver qualquer tipo de trabalho, mas sim um trabalho que seja adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.

Aqui, detalhado na continuidade deste trabalho, defendemos a opção para que o trabalhador opte pela carteira de trabalho digital ou física, o atendimento presencial aos milhares de brasileiros ainda em precarização digital, o fortalecimento do SINE e o retorno de qualificações presenciais, para atendermos as novas demandas do mercado, além de uma maior e ampla discussão com o Ministério do Trabalho.

Aqui apresentamos dados técnicos de quem convive com as necessidades dos brasileiros das cinco regiões do país, carente de políticas nacionais efetivas e inclusivas, para erradicação da pobreza.

Atenciosamente,

Alberes Haniery Patrício Lopes
Presidente do Fórum Nacional das Secretárias de Trabalho e
Secretário Estadual de Trabalho, Emprego e Qualificação de Pernambuco.

MUNDO DO TRABALHO E PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO:
POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA EM BASES REGIONAIS

O mérito histórico que tornou o Brasil possível enquanto país de dimensões continentais talvez tenha sido a capacidade de unificar o imenso território, assim como, a diversidade no campo da cultura que nos é própria, em torno de um projeto de integração nacional. Em outras palavras, diferente do que ocorreu no restante da América Espanhola, cuja dinâmica política peculiar induziu movimentos de independência e separação, no caso brasileiro houve, de modo simultâneo, desligamento de Portugal por um lado e garantia das fronteiras por outro.

Esse elemento unificador toma outra dimensão no século XX, especialmente na Era Vargas, quando se dá início ao projeto de modernização do país em bases escalares de longo alcance. Quer dizer, a partir da década de 1930, três pilares definem o modelo brasileiro de desenvolvimento nacional.

O primeiro, na consolidação de uma burocracia que assegurou políticas nacionais, com regras a serem seguidas por todos os estados. Neste caso, para a educação, saúde, assim como, à Consolidação das Leis Trabalhistas podem ser tomados como exemplos do esforço para alicerçar, no plano estatal/jurídico, as bases do que tornaria possível realizar um projeto articulado de gestão pública no sentido republicano e federativo.

O segundo pilar diz respeito ao projeto nacional de desenvolvimento econômico que tinha como objetivo a industrialização. Isto significou o empenho de tornar o Brasil uma potência econômica, não mais limitado à tradição rural, que tanto o caracterizou desde sempre, do pau-brasil ao café, mas que o colocasse no plano das nações modernas, urbanas, cujo trabalho formal com carteira assinada e seus direitos trabalhistas consequentes viabilizassem formas claras de inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Para tanto, era necessário produzir energia, estradas, portos, qualificar pessoas, enfim, reinventar o país.

Finalmente, para completar o tripé varguista, foram induzidas políticas e o apoio financeiro estatal para projetos diversos em torno da nacionalidade. Neste aspecto, seja na literatura, no cinema, seja no

rádio e em seus programas de auditório ou na "Voz do Brasil", o desafio era construir uma narrativa na qual todos os brasileiros, de todos os lugares, pudessem se identificar com símbolos nacionais, a exemplo da Bandeira, do Hino, Seleção Brasileira de Futebol, das riquezas naturais e características culturais brasileiras. O empenho típico de Vargas foi dado continuidade, embora com processos diferentes, com Juscelino Kubitschek, Militares e na Constituição de 1988. O fato é que o ser brasileiro foi construído, mesmo diante de tamanha pluralidade cultural.

Importante destacar que cada fase de desenvolvimento implementada no país repercutiu no mercado de trabalho, seja pela demanda de profissionais liberais ou pela promulgação de leis com objetivo de consolidar uma classe trabalhadora para as atividades urbano-industriais, a exemplo da COnsolidação das Leis Trabalhistas, CLT, editada por Vargas, em 1943.

O resultado desse projeto resultou, já nos anos de 1980, na consolidação do Brasil como uma das principais economias do mundo que, contraditoriamente, combinava riqueza abundante e pobreza extrema, típico do que ficou conhecido como subdesenvolvimento.

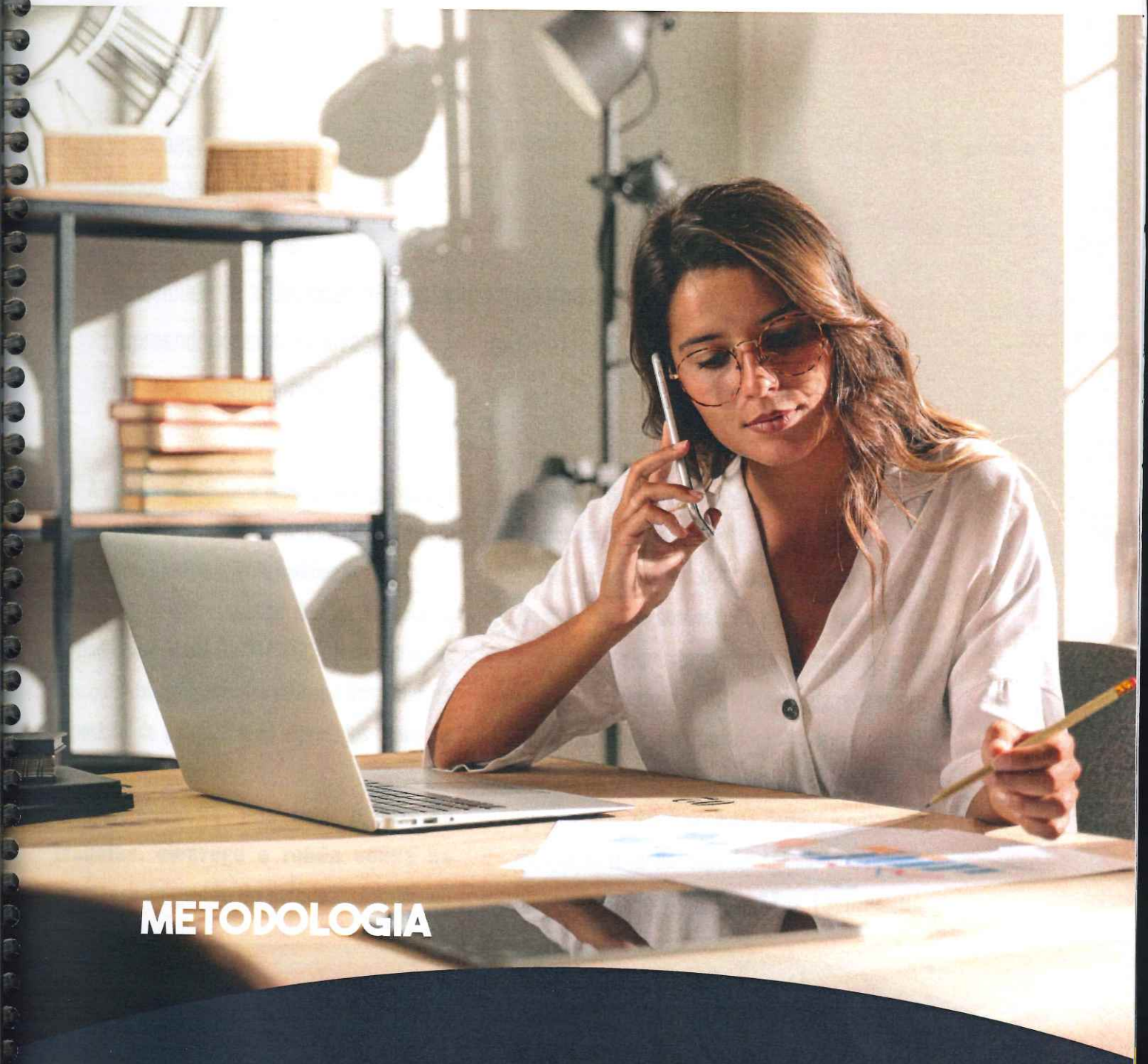
De certa maneira, temos o mesmo desafio para o momento atual, de Revolução Tecnológica da Informação, de uma economia que se estabelece cada vez mais em interesses e abrangência global e impõe ao mundo do trabalho novos e turbulentos desafios, como a perda de direitos e a insegurança contratual, a fragmentação ou mesmo desmantelamento de políticas nacionais voltadas à geração de emprego e renda. Este momento evidenciou a sobrecarga de trabalhadoras e trabalhadores como se coubesse exclusivamente a eles a inserção no mercado de trabalho. Assim, torna-se necessário repensar algumas das bandeiras fundantes daquele Projeto Nacional de Desenvolvimento.

De modo detido, para que haja desenvolvimento e a consequente geração de emprego, renda e inclusão social, nos termos que a complexidade deste momento impõe, dois condicionantes se destacam: integração nacional e o planejamento. Significa dizer que, como no passado, o desafio consiste em explorar as potencialidades econômicas e sociais do país, respeitando o particular de cada estado e região, ao passo que o faça a partir de estratégias racionais e sistemáticas em torno de projetos factíveis. Para tanto, exige-se a habilidade política de diálogo com a sociedade civil para captar, a partir do vivido na base, as propostas e prioridades estratégicas que dinamizem o mundo do trabalho no Brasil.

O FONSET - Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho - se afirma como espaço político importante nesse contexto da sociedade civil organizada, cuja preocupação se fundamenta na formulação de diretrizes e ações em torno de uma política nacional na área do trabalho, assim como, na articulação dos diferentes estados da Federação no propósito de construir, pelo diálogo e conhecimento acumulado de suas realidades, alternativas concretas e contextualizadas para os desafios contemporâneos do mundo do trabalho.

Diante do cenário futuro que se aproxima, resultante das eleições de 2022, o FONSET reafirma seus compromissos estatutários em defesa dos assuntos relativos ao mundo do trabalho e se coloca não só à disposição, mas também, na qualidade de quem reivindica canais permanentes de diálogo com as instâncias legais instituídas que tratam do setor a que estamos vinculados.

Na esperança de uma nação coesa, integrada em prol do desenvolvimento pleno no tocante à geração de riqueza com inclusão social e ambientalmente sustentável, reafirmamos nosso compromisso fundador.



METODOLOGIA

Para que uma análise mais próxima de nossa realidade seja construída, uma pesquisa foi realizada a partir da elaboração e aplicação de questionário para todas as representações estaduais que integram o FONSET. Nele, constam perguntas cujo enfoque principal está na elaboração de um diagnóstico que revele tanto o atual contexto do mundo do trabalho no tocante à vocações e potencialidades, quanto sobre políticas de qualificação profissional, empreendedorismo e sustentabilidade. De modo preciso, a pesquisa se constitui na base a partir da qual serão construídas possibilidades estratégicas em termos de investimentos futuros para a geração de trabalho, emprego e renda no país para o futuro próximo.

O objetivo central, portanto, consiste na construção de um documento prospectivo sobre o setor do trabalho em escala nacional, ao destacar possibilidades factíveis de desenvolvimento com a participação da sociedade civil. Em outras palavras, os dados concretos acrescidos de análise detida favorecem a consolidação de diálogos férteis no sentido de políticas públicas indutoras de trabalho, emprego e renda.

Os elementos de estudo ou variáveis escolhidas foram as seguintes:

- Vocações
- Potencialidades
- Política de formação
- Capacidade de articulação interestadual e internacional
- Empreendedorismo e inovação
- Objetivos de sustentabilidade

A extração de dados e consequente geração de informação foi realizada a partir da leitura sistemática, identificação de padrões de tendência e categorização das respostas dos 23 formulários enviados até o dia 13/11/2022. Nesta direção, buscou-se os agrupamentos de ideias correlatas e a exposição de palavras e/ou expressões-chave em cada texto fornecido.

Para o item 01, **"Qual lugar o setor de trabalho, emprego e renda ocupa na estrutura de gestão do estado?"**, considerou-se como "Sim" caso o lugar ocupado fosse uma Secretaria de Estado e "Não" caso contrário.

Na análise do item 02, **"Quais vocações são destacadas no seu estado para a geração de trabalho, emprego e renda?"**, agrupou-se as respostas conforme os setores da economia (primário, secundário e terciário). Para a gradação da colocação, observou-se os valores numéricos apresentados, ou na ausência desses, a ordem de menção no texto da resposta. Aplicou-se o mesmo método para o item 03, **"Em termos de**

potencialidades a serem focadas, quais setores ou experiências merecem maior atenção?".

Analisou-se o item 04, **"Quais políticas de formação profissional realizadas e quais principais carências nessa área?"**, sobre três sentidos. Se a Unidade Federativa(UF) possui alguma política de formação, o tipo da política e as principais carências. Para cada sentido existe um gráfico correspondente.

Para a análise do item 05, **"No plano das relações bilaterais, quais são as ações/acordos firmados entre estados e em escala internacional?"**, dividiu-se em duas frentes: se a UF possui algum acordo bilateral e quais os entes envolvidos. Criou-se a categoria "Próprio Estado" para relações entre entes diversos na estrutura daquele estado. Utilizou-se raciocínio semelhante no estudo das respostas ao item 06, **"O que o Estado entende por empreendedorismo e quais experiências a respeito?"**,destacando-se o entendimento do Estado sobre empreendedorismo das experiências relatadas.

No item 07, **"Quanto à sustentabilidade, qual destaque pode ser realizado?"**, buscou-se aspectos relativos à sustentabilidade ambiental. Algumas UFs responderam no sentido de continuidade do negócio. Considerou-se ambos os pontos de vista.

Para o item 08, **"Como avalia a influência da tecnologia no mundo do trabalho e quais barreiras o seu Estado enfrenta?"**, extraiu-se informações relativas à avaliação da tecnologia e também sobre as barreiras enfrentadas pela UF.

O item 09, **"O que entende por precarização do trabalho?"**, caracterizou-se pelo elevado grau de subjetividade das respostas, exigindo análise mais minuciosa que os demais e maior discretização das categorias. Identificando-se a perda de direitos como a resposta mais destacada.

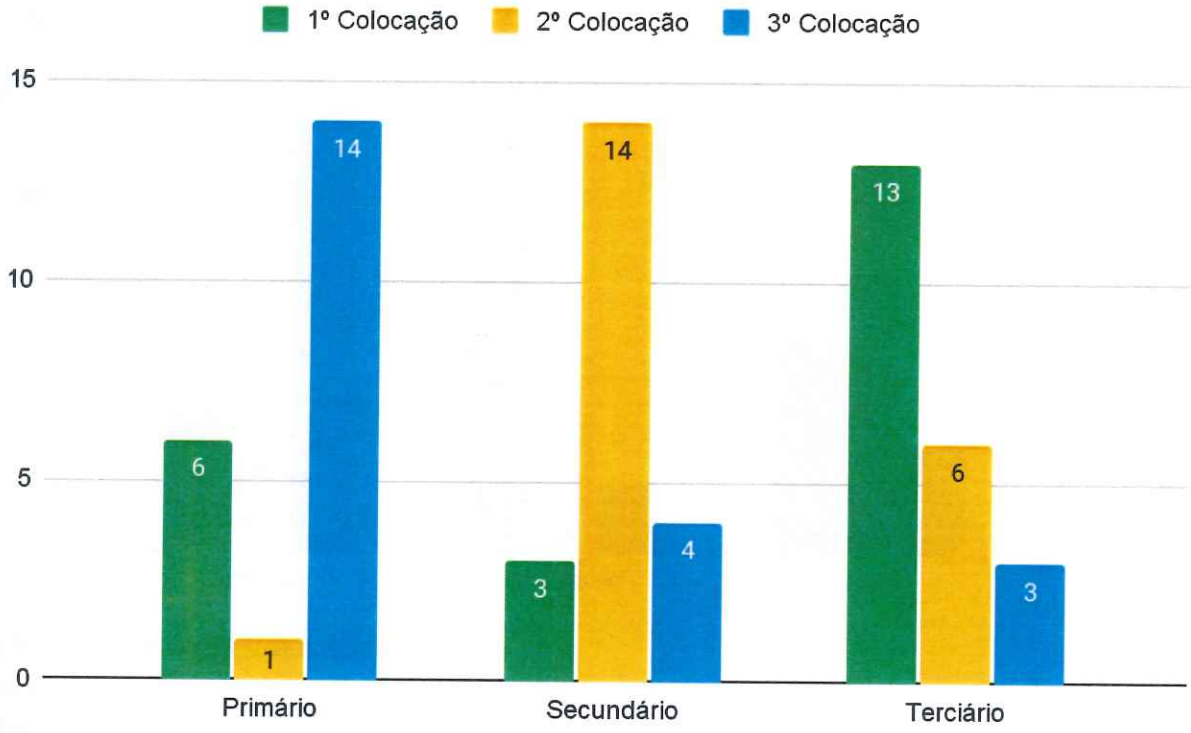
Finalmente, para análise do item 10, **"Atualmente, quais fontes de recursos são investidas nas políticas de trabalho e de onde elas são oriundas?"**, não considerou-se pormenorização das fontes estaduais, categorizando-as em "Fontes próprias", sendo estas as mais citadas.

1

QUAL LUGAR O SETOR DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA OCUPA NA ESTRUTURA DE GESTÃO DO ESTADO?

2

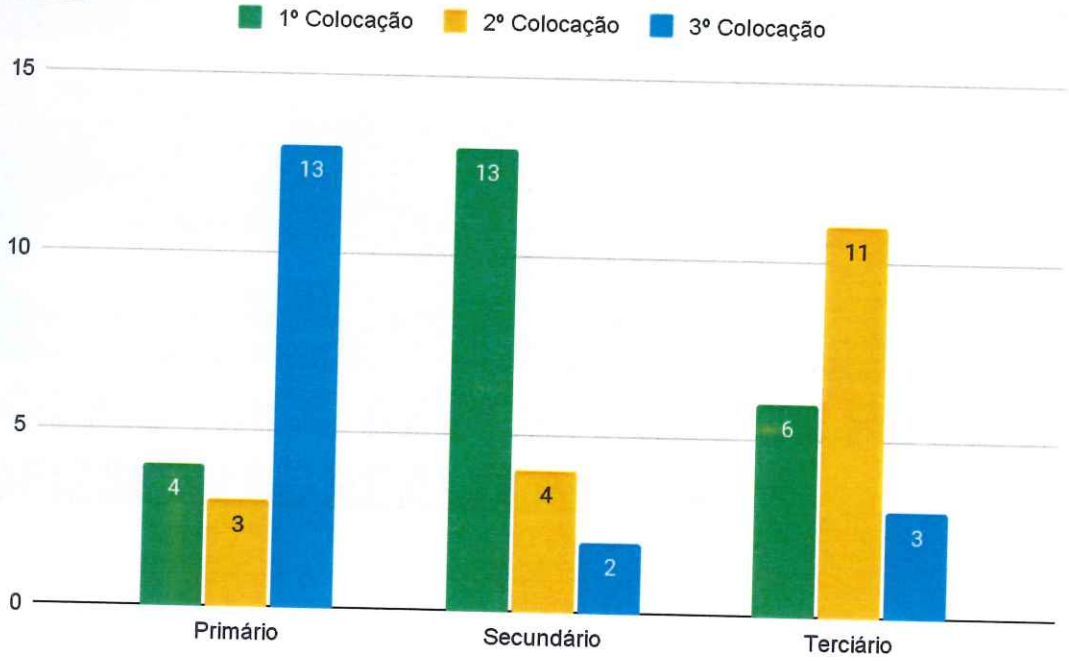
QUAIS VOCAÇÕES SÃO DESTACADAS NO SEU ESTADO PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA?



Demonstração do grande protagonismo atual do setor terciário (serviços), que ocupou o primeiro lugar em treze respostas das UFs, seguido do setor primário (agropecuária), com seis menções e restando o setor secundário (indústria) em último lugar, com três menções de destaque, nos possibilitando confirmar uma expectativa em relação à industrialização.

3

EM TERMOS DE POTENCIALIDADES A SEREM FOCADAS, QUAIS SETORES OU EXPERIÊNCIAS MERECEM MAIOR ATENÇÃO?



Pode-se inferir que treze Estados desejam explorar de maneira mais efetiva o setor Secundário, enquanto seis, cogitaram mais esforços na ampliação dos setor terciário, e quatro UFs em potencializar o setor primário.

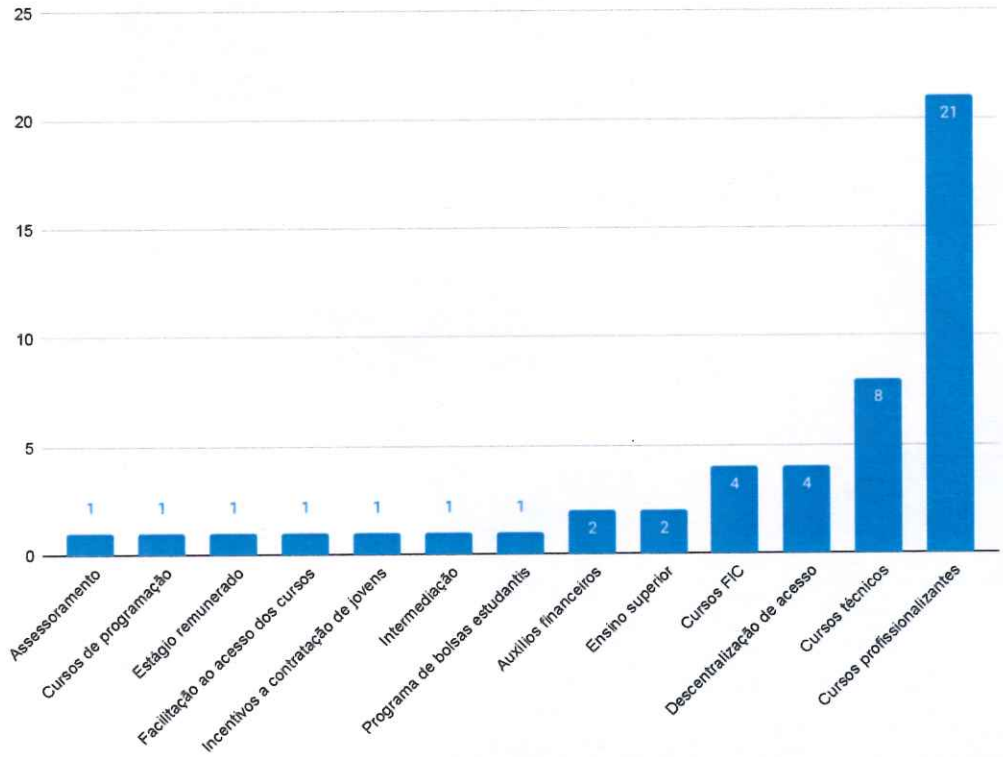
4

A UF POSSUI POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL?

Consolidada a preocupação das UFs em fornecer qualificação profissional, todas mencionaram algum tipo de oferta de cursos.

5

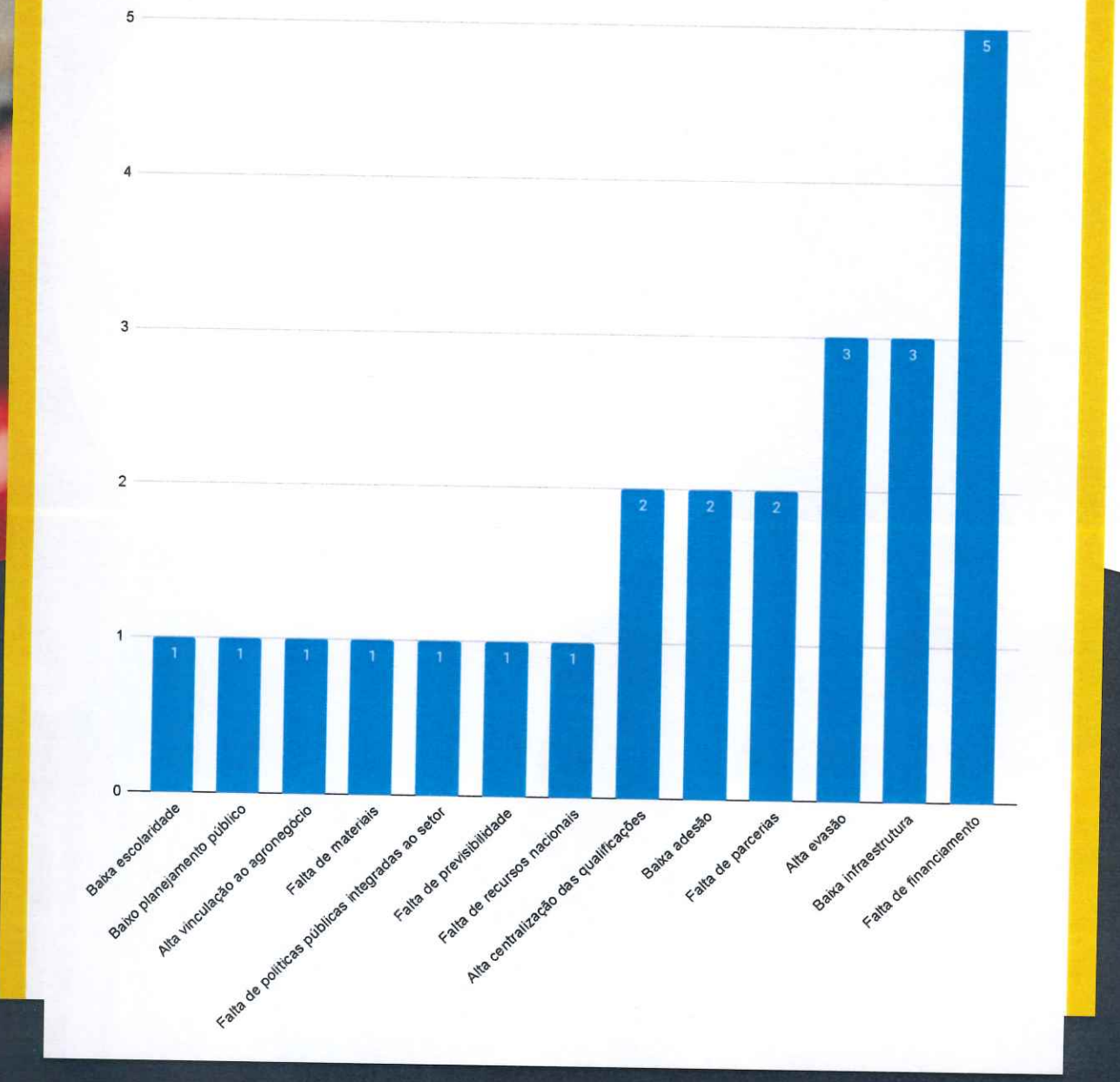
EM QUAIS TIPOS DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL REALIZADAS?



Apresenta uma tendência dos Estados priorizarem o investimento em educação como política de formação profissional, com destaque para os cursos profissionalizantes seguidos dos cursos técnicos e cursos de Formação Inicial e Continuada, bem como a promoção da descentralização de oferta a tais cursos.

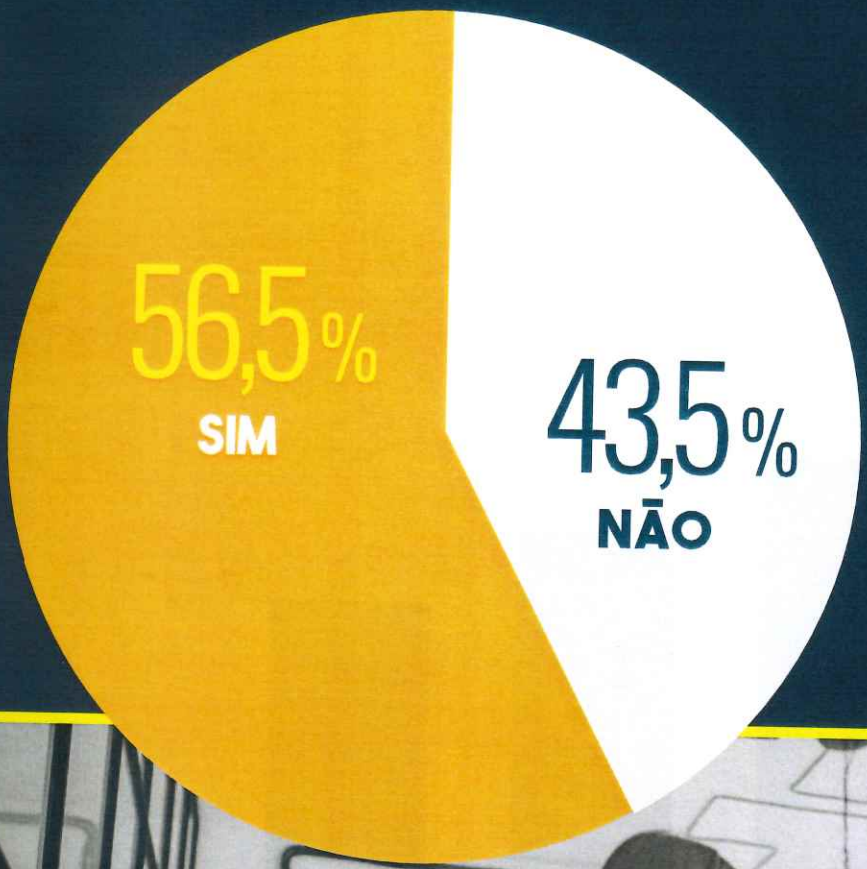
6

QUAIS AS PRINCIPAIS CARÊNCIAS NA ÁREA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL?



7

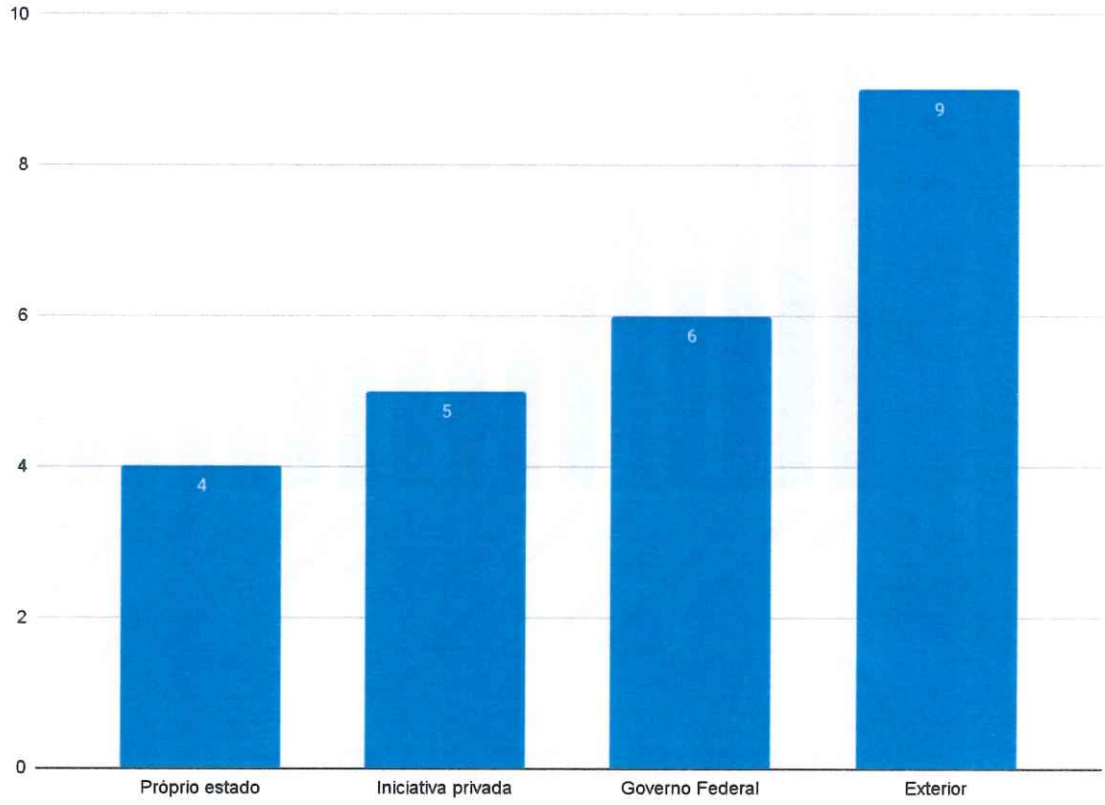
A UF POSSUI RELAÇÕES BILATERIAS? QUAIS SÃO AS AÇÕES/ACORDOS FIRMADOS ENTRE ESTADOS E EM ESCALA INTERNACIONAL?



Evidencia que pouco mais da metade dos Estados possuem algum tipo de relação bilateral, mesmo considerando ainda outras Secretarias participantes da própria UF como este tipo de relação.

8

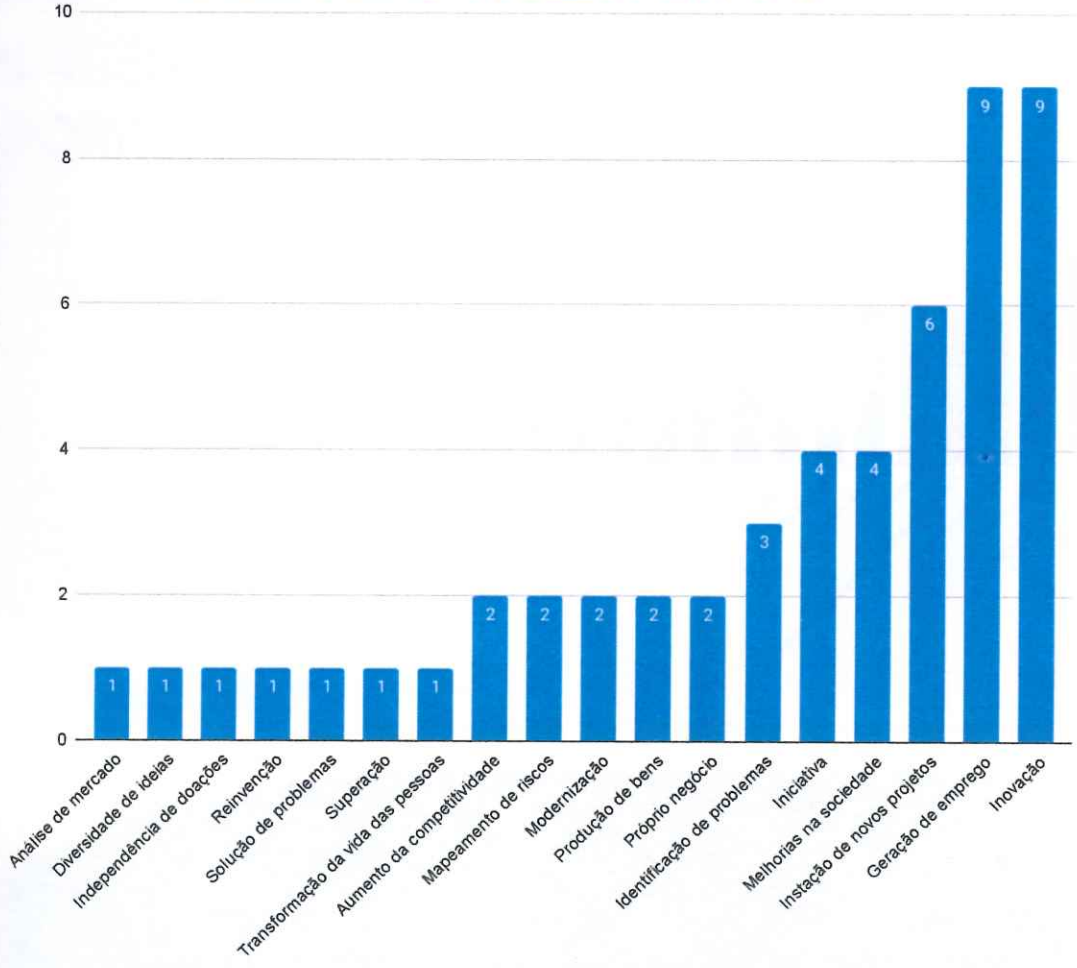
QUAIS ENTES ENVOLVIDOS NAS AÇÕES/ ACORDOS FIRMADOS, NO PLANO DAS RELAÇÕES BILATERAIS?



Em nove Estados houve relações bilaterais com o Exterior, envolvendo países como Argentina, Estados Unidos, França e Alemanha, enquanto seis possuem relações com o Governo Federal e cinco UFs mencionaram a iniciativa privada como ente envolvido nessas relações.

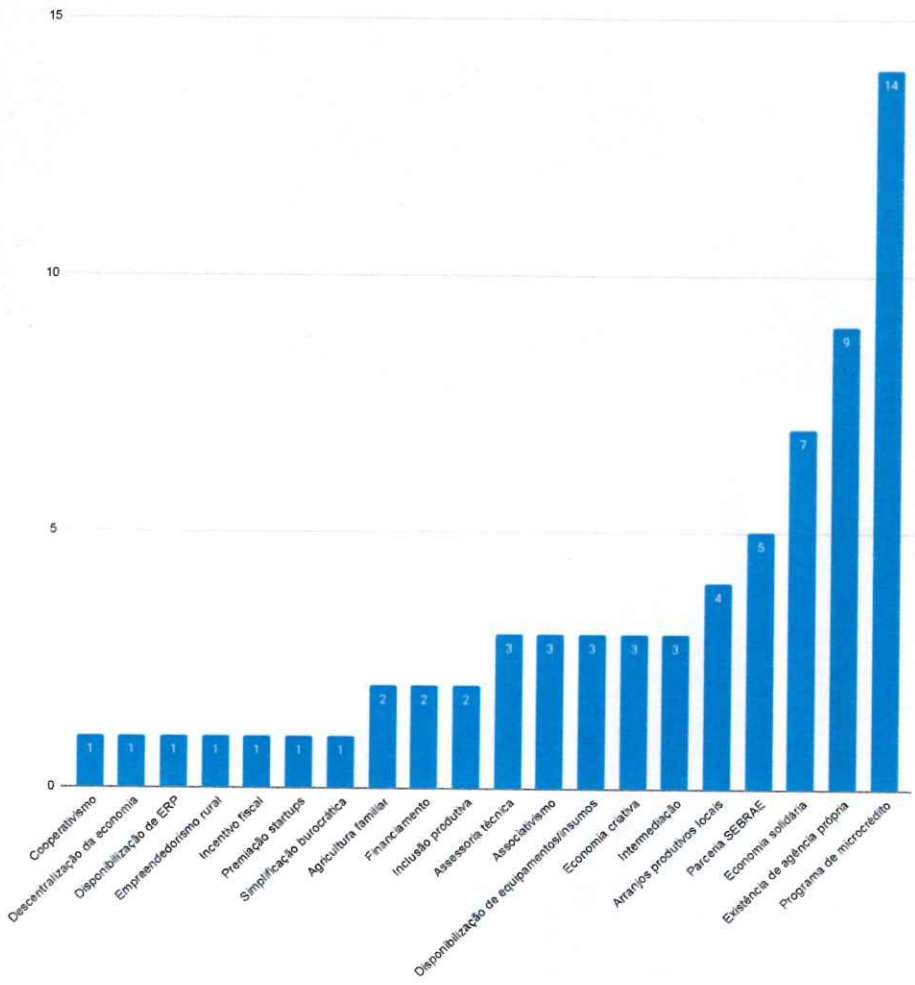
9

O QUE O ESTADO ENTENDE POR EMPREENDEDORISMO? E QUAIS EXPERIÊNCIAS A RESPEITO?



Essa questão demonstra que, para nove Estados, o entendimento de empreendedorismo está relacionado com as ideias de inovação e geração de emprego. Em destaque, para seis das UFs, temos também que a instalação de novos projetos, seguida do impacto positivo na sociedade e iniciativa mencionados por quatro Estados permeiam o conceito de empreendedorismo.

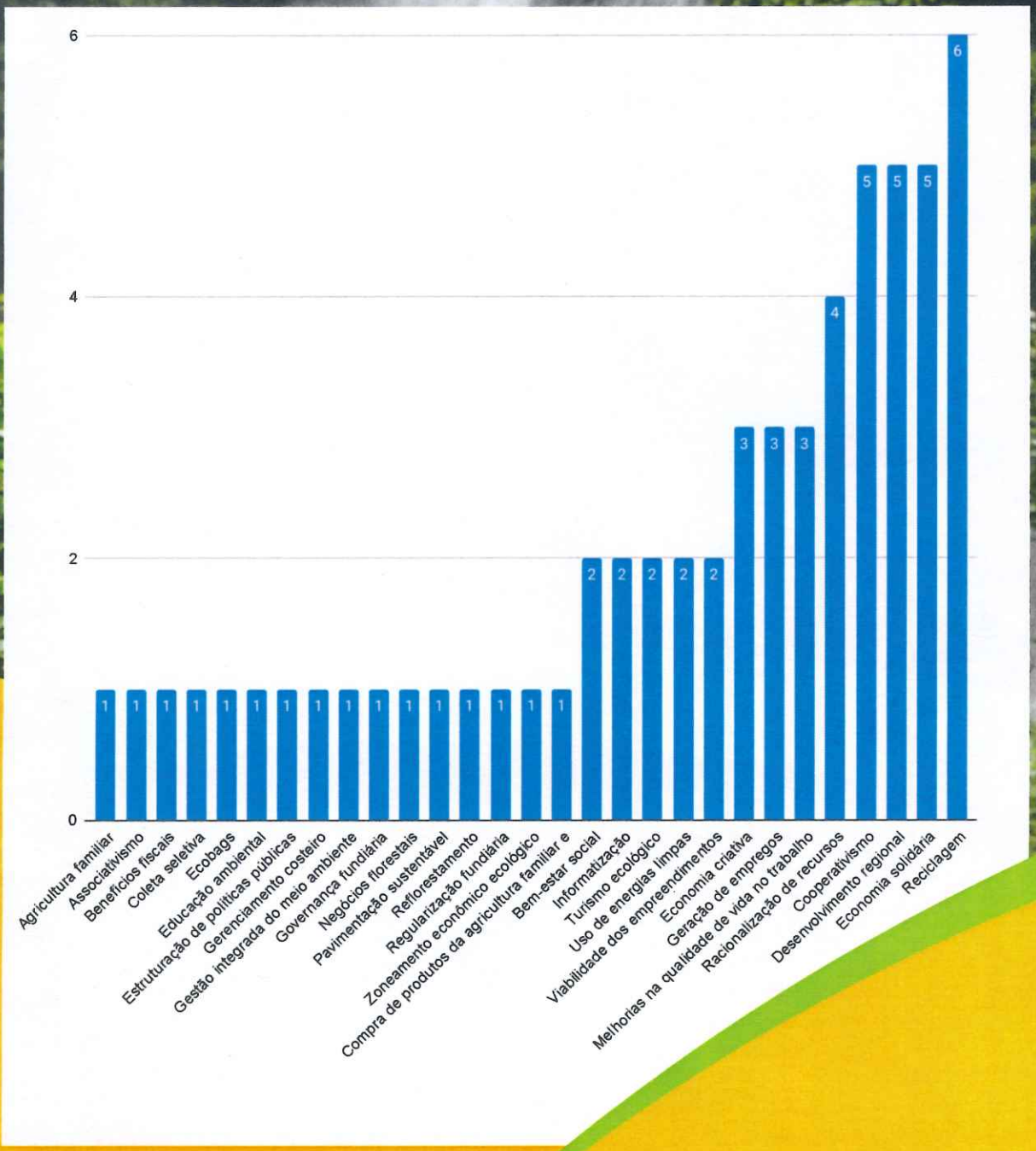
10 QUAIS AS EXPERIÊNCIAS A RESPEITO DO EMPREEN-DEDORISMO?

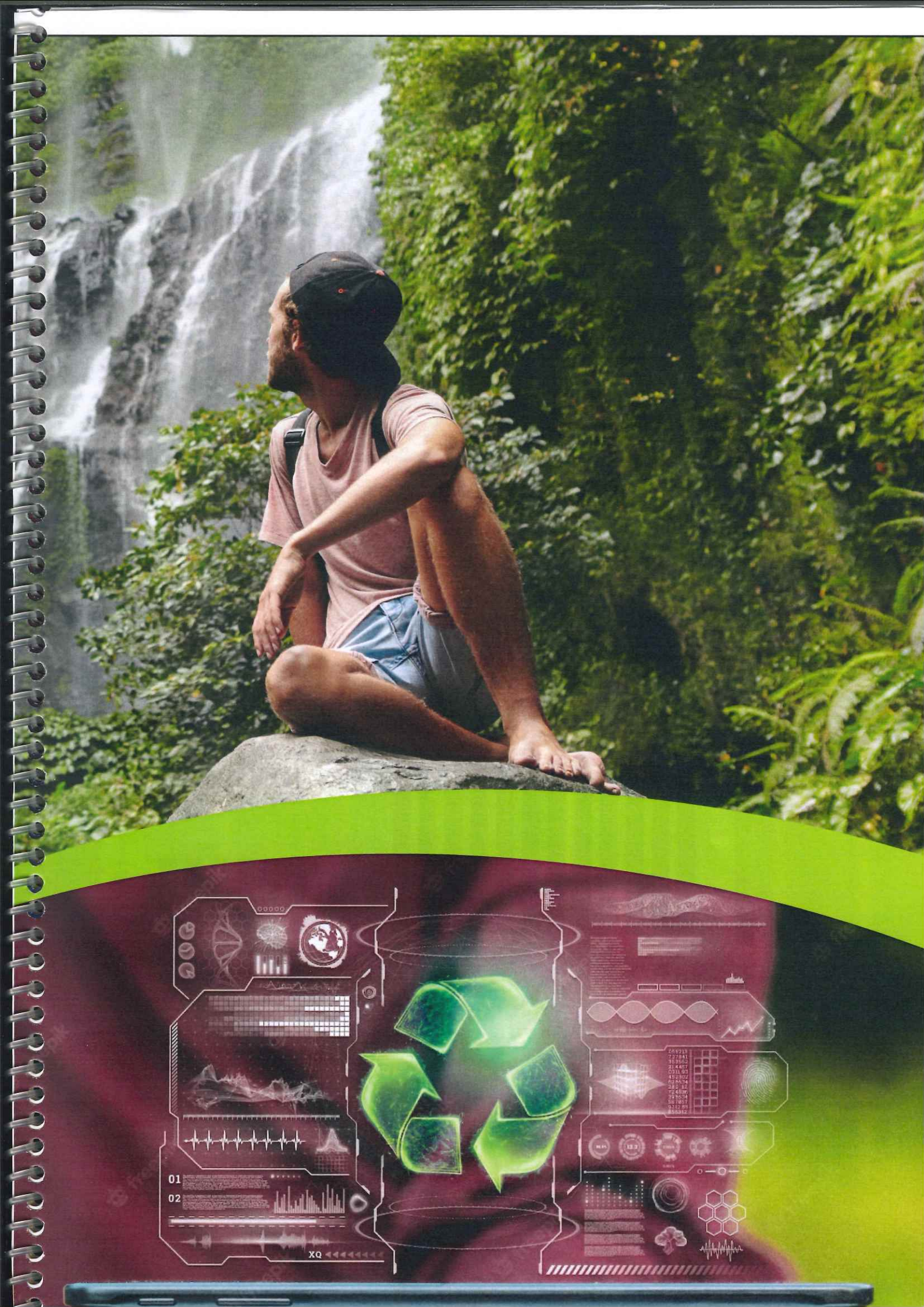


No campo prático, temos que quatorze Estados mencionaram programas de microcrédito como experiência a respeito do empreendedorismo. Nove destacaram a existência de agência própria, dedicada ao assunto, e sete UFs relataram a existência de programas ou projetos envolvendo economia solidária.

11

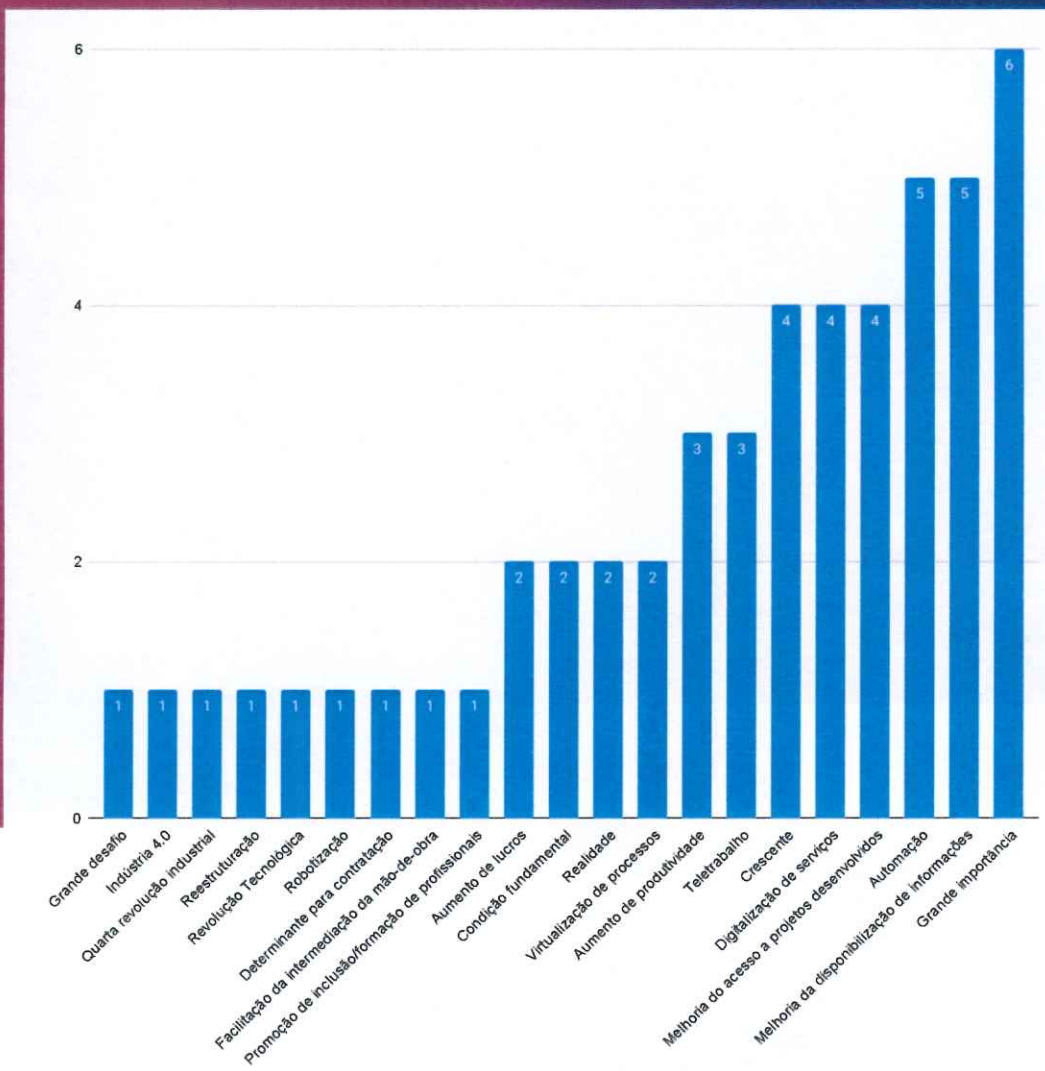
QUANTO À SUSTENTABILIDADE QUAL DESTAQUE PODE SER REALIZADO?





12

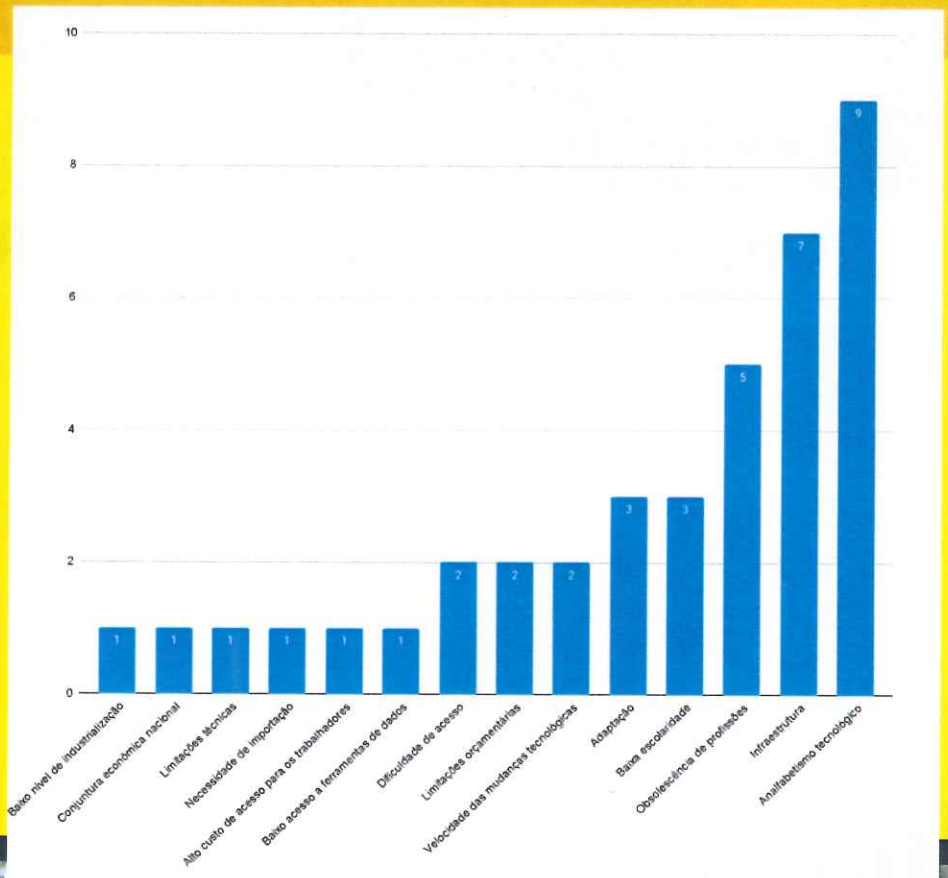
COMO AVALIA A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NO MUNDO DO TRABALHO E QUAIS BARREIRAS O SEU ESTADO ENFRENTA?



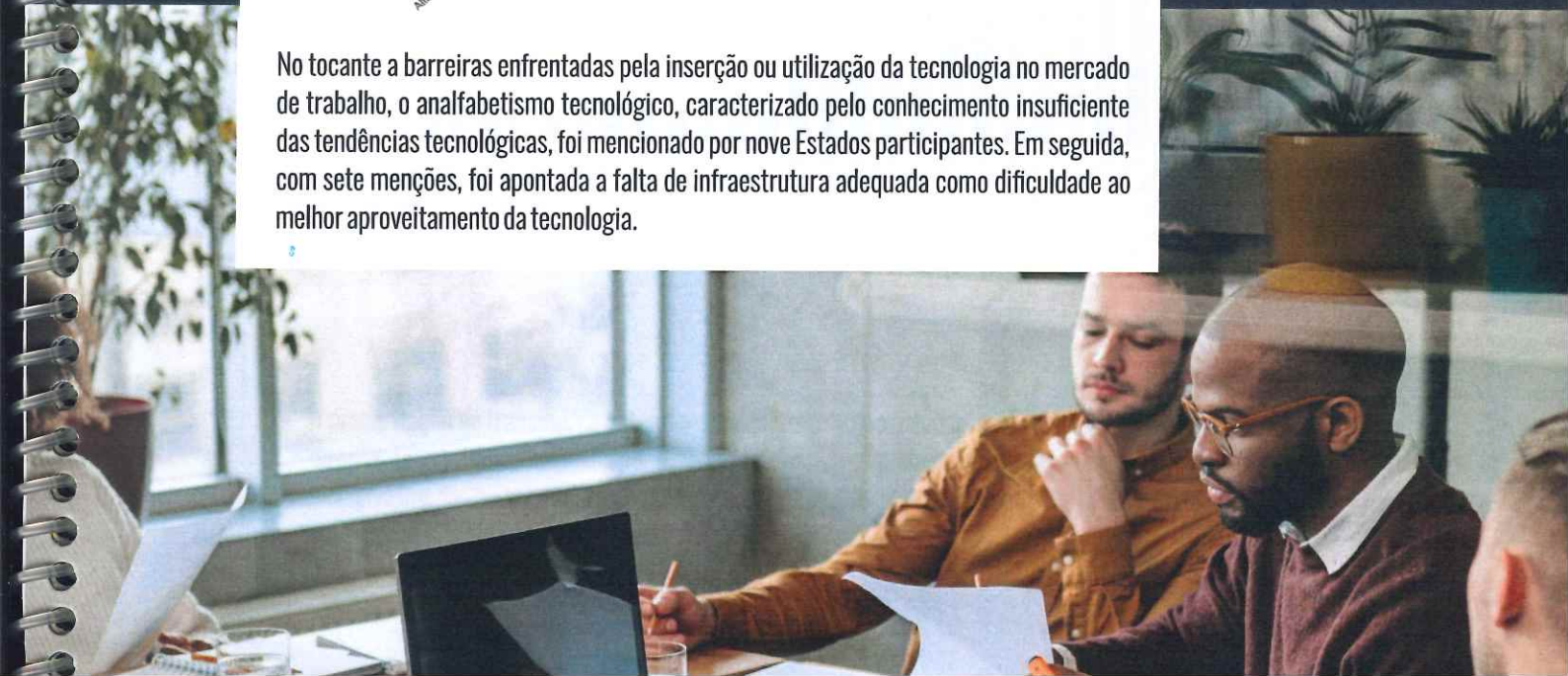
FUTURISTIC
S-01
TEST

13

QUAIS AS PRINCIPAIS BARREIRAS PARA A TECNOLOGIA NO MERCADO DE TRABALHO DO SEU ESTADO?

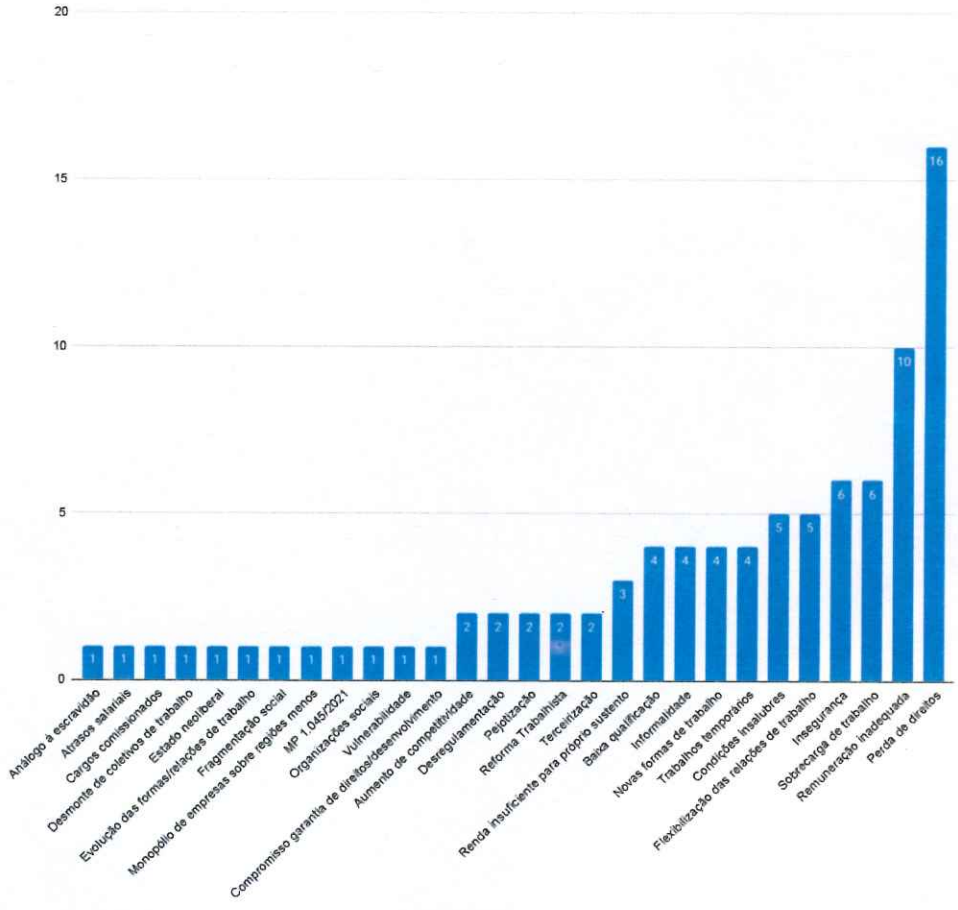


No tocante a barreiras enfrentadas pela inserção ou utilização da tecnologia no mercado de trabalho, o analfabetismo tecnológico, caracterizado pelo conhecimento insuficiente das tendências tecnológicas, foi mencionado por nove Estados participantes. Em seguida, com sete menções, foi apontada a falta de infraestrutura adequada como dificuldade ao melhor aproveitamento da tecnologia.

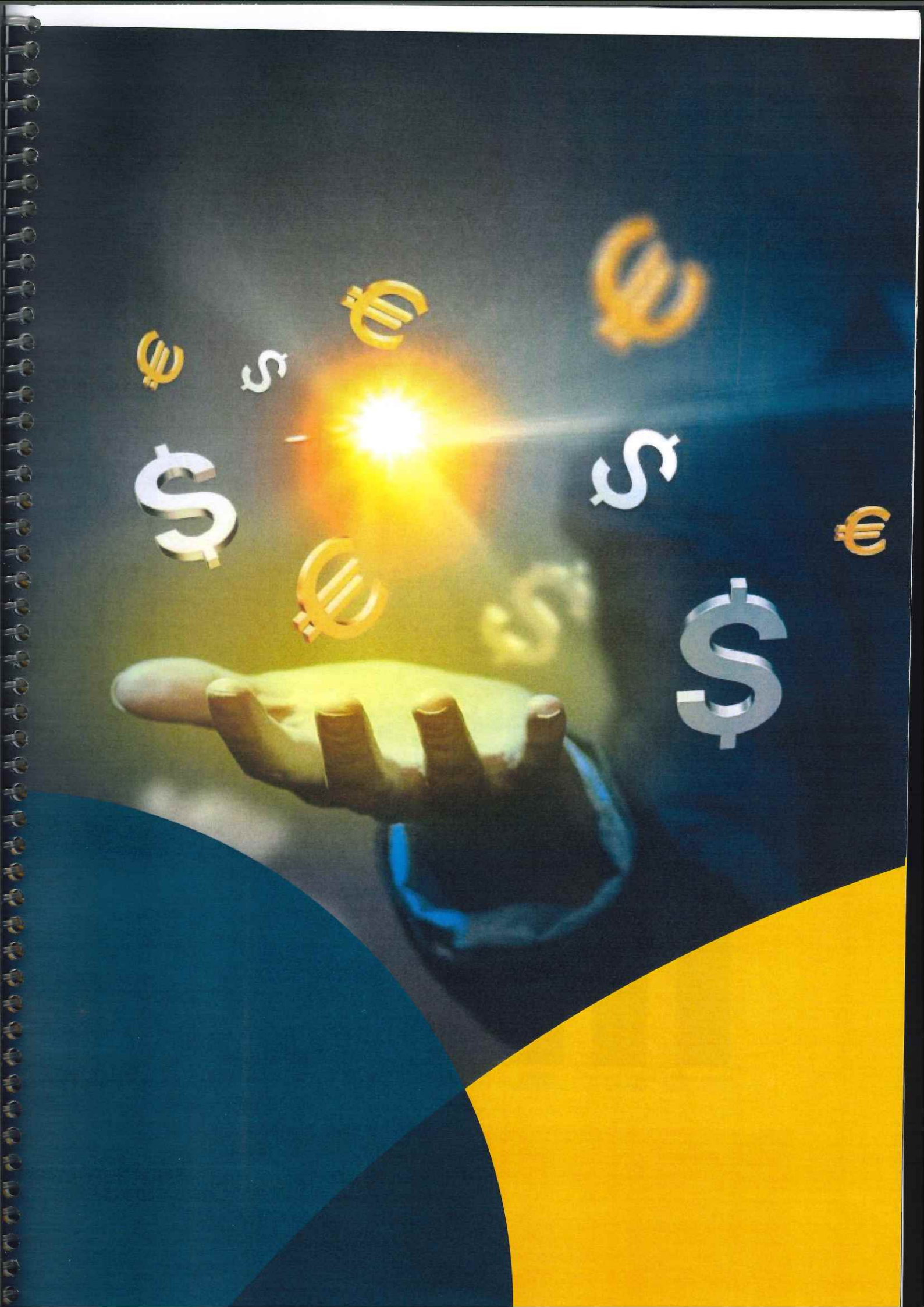


14

O QUE ENTENDE POR PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?

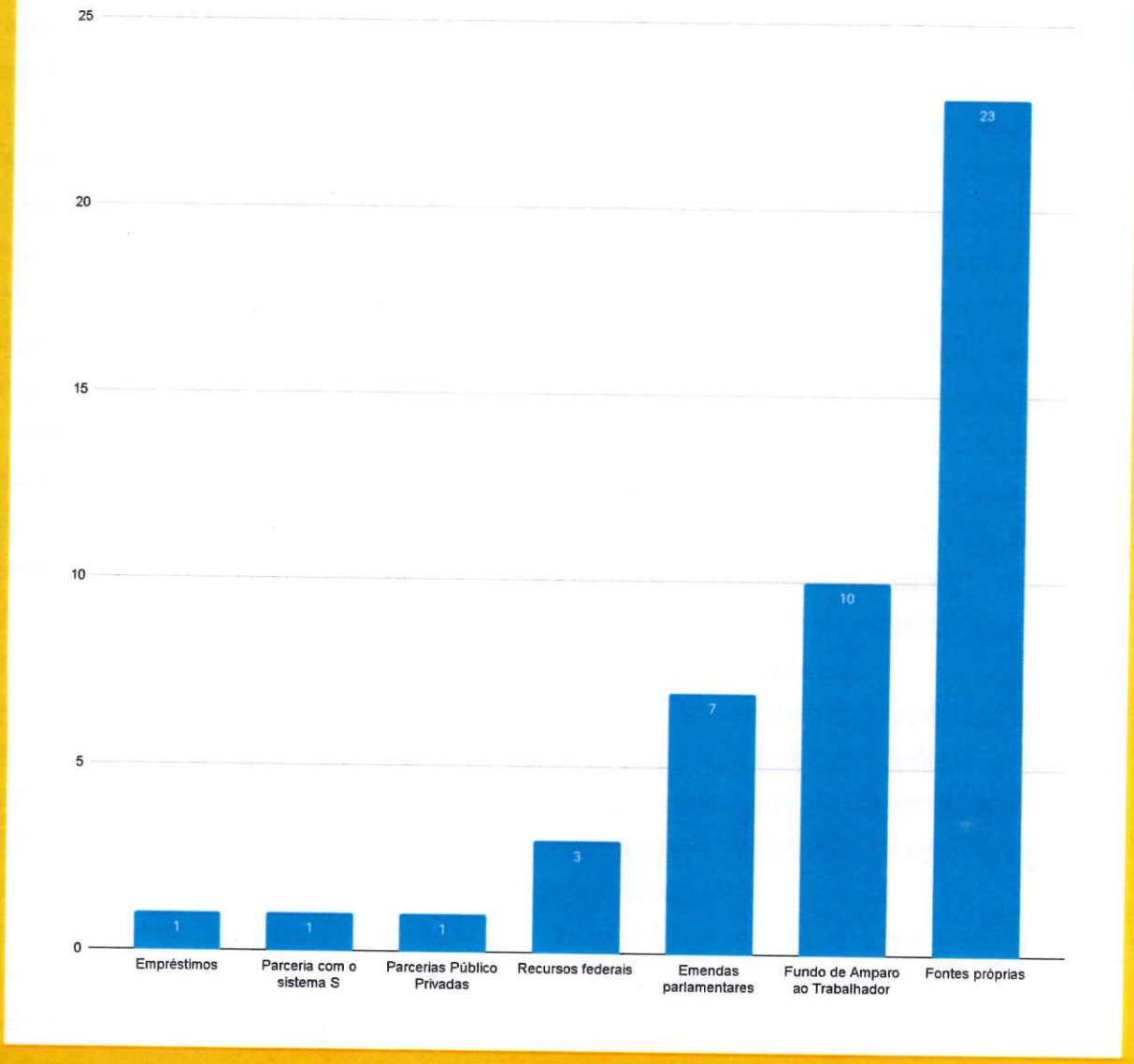


A precarização do trabalho, no entendimento da maioria dos estados, está relacionada com a perda de direitos, tendo sido mencionada por dezesseis deles. Em seguida, a remuneração inadequada, podendo inclusive impossibilitar o sustento próprio ou da família, foi mencionada por dez UFs, acompanhada da sobrecarga e insegurança no trabalho.



15

ATUALMENTE, QUAIS FONTES DE RECURSOS SÃO INVESTIDAS NAS POLÍTICAS DE TRABALHO E DE ONDE ELAS SÃO ORIUNDAS?



O DIAGNÓSTICO

Em mais de 60% dos estados o setor trabalho não está localizado no primeiro escalão da hierarquia administrativa, ficando como secretaria executiva, coordenação ou algo do gênero. Pode-se afirmar da redução da centralidade do trabalho como espaço decisório no quadro mais amplo de políticas estratégicas por parte das gestões.

No tocante às vocações, entendidas como os setores que mais representam o perfil atual nos quais há maior dinamismo econômico, o que mais se destacou foi o de Serviços, acompanhado pela Indústria e Agropecuária, respectivamente. Em relação às potencialidades, o foco está direcionado aos setores identificados como aqueles que apresentam maiores expectativas de investimentos, no sentido de gerar mais trabalho, emprego e renda. Neste caso, Indústria e Agropecuária se apresentam em primeiro lugar acompanhadas do setor de Serviços. Percebe-se, assim, uma expectativa em relação à industrialização como espaço importante para geração de trabalho, emprego e renda. Estudos futuros podem mensurar com maior precisão esse quadro de expectativas em relação ao que se demanda com industrialização e como tal processo pode ser induzido.

Uma preocupação bastante evidente diz respeito às políticas de formação profissional. Em todos os estados há iniciativas dessa ordem, com os cursos profissionalizantes aparecendo como os de maior destaque. A formação se apresenta como política central para geração de trabalho, emprego e renda, no entanto, com algumas dificuldades sinalizadas no tocante a quatro aspectos na seguinte ordem de relevância: financiamento, infraestrutura, evasão e parcerias. Em resumo, em todos os estados há políticas de formação profissional, sendo os cursos técnicos e profissionalizantes os que mais se destacam. Quanto às dificuldades, identifica-se a necessidade de políticas nacionais, no sentido de estratégias centralizadas.

Diante de um cenário de globalização econômica, a construção de relações bilaterais apresenta relevo, seja a partir de interlocuções na própria estrutura dos estados, seja com o governo federal. Porém, experiências internacionais apresentaram maior distinção.

Quando questionados sobre empreendedorismo houve um destaque, relacionando-o à capacidade de inovação e à criação de projetos que visem a geração de emprego. Como exemplos exitosos, os programas de microcrédito, a existência de uma agência própria e a economia solidária apresentaram maior notoriedade no âmbito do empreendedorismo que possui um vínculo imediato com o desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica. No campo da sustentabilidade aparecem as experiências sobre reciclagem, economia solidária e cooperativismo no contexto do desenvolvimento regional. Enquanto que sobre as novas tecnologias digitais, observou-se a necessidade de investimentos em infraestrutura, como também, em formação na área digital.

A precarização do trabalho se apresenta como um problema comum. Neste caso, a perda de direitos, baixa remuneração, sobrecarga de trabalho, insalubridade e flexibilização das relações de trabalho são indicações das formas de precarização.

No campo dos investimentos, os recursos próprios ao lado do Fundo de Amparo ao Trabalhador, assim como as emendas parlamentares são as principais fontes de recursos de investimento em políticas de trabalho, emprego e renda.

APONTAMENTOS PARA O SETOR

O diagnóstico apresentado evidencia o que os estados têm enfrentado no setor do trabalho em cada realidade particular. A tarefa da pesquisa diz respeito à capacidade de estabelecer correlações entre as variáveis para construir inferências condizentes com o que poderia ser classificado como generalização. Neste caso, os seguintes apontamentos resumem as expectativas e preocupações do setor, tendo o FONSET como o vértice a partir do qual essas possibilidades podem se tornar ressonantes em escala política nacional.

1 Centralidade do trabalho, emprego e renda enquanto política nacional articulada com os estados. Mais do que investimentos em programas de microcrédito, formação e infraestrutura há uma carência no tocante à questão como algo compartilhado pelos Municípios, Estados e União, semelhante ao que ocorre com a saúde e educação. Em outras palavras, um esforço nacional pela centralidade do trabalho, emprego e renda no país;

2 No que se compreende enquanto potencialidade, destaca-se a industrialização como setor a ser induzido. Diante do contexto atual de revolução tecnológica da informação e de processos automatizados no campo fabril, com a indústria 4.0, além da concorrência decorrente da globalização, há desafios gigantescos nessa área, no entanto, com expectativas a sua implementação;

3 A formação profissional assume a condição de pilar no tocante às políticas de geração de trabalho, emprego e renda. Neste caso, para além de deficiências relativas à infraestrutura e investimentos, necessário se faz o debate e a definição de suportes, em escala nacional, no tocante a questões de ordem didático-pedagógica para tratar de programas de formação, como também, para enfrentar problemas como a evasão;

4 O empreendedorismo decorrente de iniciativas criativas e de políticas importantes a exemplo da economia solidária e do microcrédito merece uma atenção especial. Neste caso, na articulação planejada que atue sobre as potencialidades de cada estado;

5 Devido ao contexto de precarização do trabalho, o que se constata é a insegurança jurídica nas relações, jornadas mais flexíveis, lugares insalubres, remuneração inadequada e perda de direitos, enfim. O momento exige o debate que recupere a dignidade nas relações de trabalho, pela garantia de direitos na direção de sua formalização como emprego;

6 Para a implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, necessário se faz a produção de diagnósticos dos mercados de trabalho regionais e locais, de modo que as particularidades possam ser percebidas e evidenciadas em prol da geração de emprego e renda.

REFERÊNCIAS – ANÁLISE DE DADOS

AMARAL, Fernando. Introdução à Ciência de Dados .2016. Alta Books.

CHEN, H.; STOREY, V. C.; CHIANG, R. H. L. (2012). Business intelligence and analytics□: frombig data to big impact. MIS Quarterly. v. 36, n. 4.

MOREIRA E. (2019). O caminho para a tomada de decisão baseada em dados. Disponível em: <https://transformacaodigital.com/dados/ o-caminho-para-a-tomada-de-decisao-baseada-em-dados/>. Acesso em: 12 de Novembro de 2022.

ESPINDOLA, A.M.S; ROTH, L. Big Data e Inteligência Estratégica: Um Estudo de Caso Sobre a Mineração de Dados como Alternativa de Análise. Revista Espacios, v. 37, n. 4, p. 16, out. 2015. Disponível em <http://www.revistaespacios.com/a16v37n04/16370417.html>. Acesso em: 11 de Novembro de 2022.

Documentação dos serviços do Google Apps Script. Disponível em <https://developers.google.com/apps-script/reference/forms>. Acesso em: 20 de Outubro de 2022.

Novembro | 2022